

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
COORDENAÇÃO GERAL DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU**

**UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**



EMENTAS DE DISCIPLINAS

**RECIFE
Novembro / 2017**

SUMÁRIO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	3
Ementas e Referências do Módulo Básico	3
Introdução a EAD	3
O Público e o Privado na Gestão Pública	4
Estado, Governo e Mercado	5
Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	6
O Estado e os Problemas Contemporâneos	7
Políticas Públicas	7
Planejamento Estratégico Governamental	8
Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	9
Ementas e Referências do Módulo Específico	10
Metodologia da Pesquisa	10
Plano Diretor e Gestão Urbana	11
Gestão Tributária	13
Redes Públicas de Cooperação Local	14
Gestão Democrática e Participativa	14
Elaboração e Avaliação de Projetos	17
Gestão Logística	18
Processos Administrativos	19

1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1.1. Ementas e Referências do Módulo Básico

1.1.1. Introdução a EAD

Objetivo

Permitir ao cursista a familiaridade com os instrumentos de EAD. Como deve se comportar, fazer os exercícios, acompanhar a matéria passada pelo professor e sobretudo, postar os exercícios no Ambiente Virtual. Aprender a dialogar com os colegas através dos aplicativos facultados pela Internet (chats, fóruns de discussão, etc.)

Ementa

Não basta apenas mudar as técnicas e as tecnologias utilizadas nos processos de ensino-aprendizagem, seja na modalidade a distância, seja no contexto presencial. Essa disciplina visa oferecer ao aluno conceitos que irão facilitar sua compreensão sobre essa modalidade de ensino (a EAD) que a cada dia ganha maior espaço dentro das modalidades de ensino.

Referência Básica

MARTINS, I.; SILVA, M.; TEDESCO, P. Introdução à Educação a Distância. Recife: Ed. UFRPE, 2010 (livro distribuído aos alunos).

Referência Complementar

ALMEIDA, Fernando J. (Coord.) Educação a distância: formação de professores em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem - Projeto Nave. São Paulo: s.n., 2001

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. São Paulo: Papirus, 2007.

LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, M; KEARSLEY, G. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Thomson, 2007.

PEREIRA, Alice (Org.). Ambientes virtuais de aprendizagem em diferentes contextos. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2007.

PRETI, Orestes (Org.). Educação a Distância: ressignificando práticas. Brasília: Liber Livros Editora, 2005.

1.1.2. O Público e o Privado na Gestão Pública

Objetivo

Essa disciplina tem por objetivo delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é o âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

Ementa

Esta disciplina foi inserida no módulo básico por ser essencial ao gestor público ter absoluta clareza da diferença entre setor público e privado, de forma a poder exercer adequadamente as suas funções e atribuições com as quais ele se encontra investido na qualidade de servidor público. Da precisa separação entre esfera pública e esfera privada, que remonta ao Direito Romano, mas que só recentemente adquiriu os seus contornos mais definidos nas sociedades contemporâneas do Ocidente, é que decorrem todas as demais diferenciações relevantes para o agente público: de um Direito Público e de um Direito Privado; a separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos.

Referência Básica

COELHO, R. C. O Público e o Privado na Gestão Pública. UFSC; [Brasília]; CAPES: UAB, 2009 (livro distribuído aos alunos).

Referência Complementar

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, "A grande dicotomia: público/privado", p. 13-31.

MEIRELLES, Helly Lopes. Direito administrativo brasileiro. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. A reforma do Estado nos anos 90: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. Do espírito das leis. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

WEBER, Max. Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

1.1.3. Estado, Governo e Mercado

Objetivo

Essa disciplina enfoca as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista –, a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

Ementa

Os atores envolvidos na esfera pública, sejam eles governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal, movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação – independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar –, conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (stakeholders).

Referência Básica

COELHO, R. C. Estado, governo e mercado. UFSC; [Brasília] : CAPES: UAB, 2009 (livro distribuído aos alunos).

Referências Complementares

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

O'DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. In: Revista de Cultura e Política, n. 4, 1981.

SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, "A democracia vertical", p.181-245.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

1.1.4. Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro

Objetivo

Essa disciplina tem por objeto levar o aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

Ementa

A adequada compreensão de longos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um conjunto variado de saberes, produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica a fim de costurá-los com a linha do tempo. Assim, interdisciplinaridade e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o desenvolvimento desta disciplina.

Referência Básica

LEITE JÚNIOR, A. D. Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro. UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2009 (livro distribuído aos alunos).

Referência Complementar

ABRUCIO, Fernando L. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, "A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores", p.59-108.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). Brasil: Um Século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259.

LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: Revista de Cultura e Política, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: Dados, v. 34, n.3, 1991, p.311-348.

1.1.5. O Estado e os Problemas Contemporâneos

Objetivo

O objetivo desta disciplina é, a partir da análise do contexto brasileiro atual, colocar em destaque problemas de natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem uma ativa participação do Estado; seja por intermédio de políticas públicas focalizadas, seja através da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos.

Ementa

Problemas de cunho socioeconômico, como os relacionados à distribuição de renda e riqueza; à geração de trabalho e renda; à inclusão social; à realização de reformas; ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões.

Referência Básica

SANTOS, M. P. G. O Estado e os problemas contemporâneos. UFSC; [Brasília]: CAPES /UAB, 2009 (distribuído aos alunos).

Referência Complementar

KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3 “Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?”, p. 69-103.

ITUASSU Arthur; ALMEIDA Rodrigo (Org.) O Brasil tem jeito? Vol. 2: educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

1.1.6. Políticas Públicas

Objetivo

Discutir o conceito de políticas públicas apresentando as experiências recentes que fomentam a participação popular direta na formação dessas políticas através de mecanismos tais como: Conselhos, Redes e Parcerias público-privadas nas três esferas do poder público.

Ementa

Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do “ciclo da política”. Atores políticos (stakeholders). Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

Referência Básica

RUA, M. G. Políticas públicas. UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009 (livro distribuído aos alunos).

Referência Complementar

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

ROTH, André-Noël. Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

DUNN, William N. Public policy analysis: An introduction. 3. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999.

1.1.7. Planejamento Estratégico Governamental

Objetivo

Destacar a importância da prática do planejamento estratégico nas ações de governo nas três esferas de poder.

Ementa

Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

Referência Básica

DAGNINO, R. P. Planejamento estratégico governamental. UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009 (livro distribuído aos alunos).

Referência Complementar

MINTZEMBERG, Henry. Safári de estratégia. 2ed. São Paulo: Bookman, 2010.

_____. Ascensão e queda do planejamento estratégico. São Paulo: Bookman, p. 183-256, 2004.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: RAP, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.

1.1.8. Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública

Objetivo

O objetivo dessa disciplina é a de sistematizar as noções básicas e introduzir as potencialidades e limites da aplicação dos Indicadores nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de Políticas Públicas no Brasil.

Ementa

As atividades de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas vêm requerendo, em nível crescente, o uso de informações estatísticas e indicadores referidos às diferentes áreas de atuação governamental. Indicadores fornecem bases mais consistentes para justificar a demanda de recursos para um determinado projeto social a ser encaminhado a alguma instância de governo ou agência de fomento, para sustentar tecnicamente a relevância dos programas especificados nos Planos Plurianuais ou para monitorar periodicamente os efeitos da ação governamental. Nos últimos anos, os indicadores vêm sendo usados para conferir maior transparência, accountability e controle social do gasto público.

Referência Básica

JANNUZZI, P. M. Indicadores socioeconômicos na gestão pública. UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009 (livro distribuído aos alunos).

Referência Complementar

FEIJÓ, C. et al. Para entender a conjuntura econômica. Barueri, Manole, 2008, p. 1-60.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.

SANTAGADA, S. Indicadores sociais: uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005.

RATTNER, H. Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento. 2007. Disponível em: <www.abdl.org.br/rattner>. Acesso em: 22 jun. 2009.

1.2. Ementas e Referências do Módulo Específico

1.2.1. Metodologia da Pesquisa

Objetivo

O objetivo geral da disciplina é o de fornecer ao estudante, instrumentos metodológicos que possibilitem ao mesmo desenvolver e publicar trabalhos científicos de acordo com as normas da ABNT.

Ementa

1: Métodos de Estudo: 1.1 Orientação para leitura, análise e interpretação de textos; 1.2 Tipos de Pesquisa; 1.3 O processo de pesquisa; 2. Coleta, Análise e Publicação de Dados: 2.1 Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados; 2.2 Estrutura e organização de trabalhos científicos.

Referência Básica

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009 (livro distribuído aos alunos).

Referência Complementar

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, R. Y. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 5, ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 1997.

1.2.2. Plano Diretor e Gestão Urbana

Ementa

Introdução ao Planejamento: para que planejar as cidades? Histórico do planejamento no Brasil: expressão territorial da desigualdade. O quadro urbano atual. O novo marco legal e instrumentos para planejar os municípios com participação popular: Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho das Cidades. Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal. Planejamento participativo: construir cidades melhores e mais justas. Plano Diretor: A obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios; O que é um Plano Diretor; Conteúdo e Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo; Responsabilidade do Poder Público e da Sociedade Civil. Implementação do Plano Diretor: Divulgação, Aplicabilidade, a reorganização interna da prefeitura. Gestão integrada e participativa do plano: Monitoramento e Revisão do Plano Diretor.

Referências

CYMBALISTA, Renato, SANTORO, Paula et al. Planejamento territorial e plano diretor participativo, 2005: Caixa: Polis/Ministério das Cidades, 2005. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=203>. Acesso em: 26 jun. 2009.

ESTATUTO DA CIDADE. Disponível em: < HYPERLINK "http://www.estatutodacidade.org.br/" <http://www.estatutodacidade.org.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

GONDIM, Linda (Org.). Plano diretor e o município: novos tempos, novas práticas. Rio de Janeiro: IBAM, 1990.

MARICATO, Ermínia. "Sociedades Desiguais, cidades desiguais". In: BRASIL, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Os vereadores no processo de elaboração dos planos diretores participativos. Cartilha. Disponível em: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 2 fev. 2009.

_____. Kit da campanha Plano Diretor Participativo, cidade de Todos. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programas/programa>>

-de-fortalecimento-da-gestao-municipal-urbana/campanha-plano-diretor-participativo-1/kit-d-a-campanha-plano-diretor-participativo?searchterm=ki>. Acesso em: 2 fev. 2009.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Abraço da Paz. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrolopes.net/>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

PINHEIRO, Otilie Macedo. Estatuto da cidade, o jogo tem novas regras. Cartilha. Belo Horizonte: CREA-MG, 2002. Disponível em: <<http://www.crea-mg.org.br/interna.aspx?id=4040&expand=0>>. Acesso em: 2 fev. 2009.

PINHEIRO, Otilie Macedo (Coord.). Acesso à terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC, Ministério das Cidades, 2008.

PORTELA Eulalia Andréa Mendes et al. Planos diretores urbanos: limites dos instrumentos e desafios para a gestão urbana. In: Anais do Seminário Internacional – Gestão da terra urbana e habitações de interesse social. Campinas: FAU-PUC Campinas – Laboratório do Habitat/Instituto Pólis/Lincoln Institute of Land Policy, 2000. (CD-ROM).

RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. Plano diretor e a gestão democrática da cidade. In: Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2003.

ROLNIK, Raquel et al. Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=160>. Acesso em: 2 fev. 2009.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA Renato; NAKANO, Kazuo. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. São Paulo: Pólis. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilie (Orgs). Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2005. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programas/programa-de-fortalecimento-da-gestao-municipal-urbana/campanha-plano-diretor-participativo-1/kit-d-a-campanha-plano-diretor-participativo?searchterm=ki>>. Acesso em: 2 fev. 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. In: A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas. Marcelo Lopes de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor. In: O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, 1999.

1.2.3. Gestão Tributária

Ementa

Tributo: conceito e espécies. O sistema tributário e os princípios constitucionais. Lei Complementar e normas de Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação. Obrigação tributária. A regra matriz de incidência tributária. Lançamento tributário. Responsabilidade Tributária. Imunidade. Isenção, anistia e remissão. Infrações, sanções e crimes tributários. Tributos em espécie: IPTU, ISS, ITBI, TFE, TFA, TRSD, TRSS, FISLURB, taxas de polícia diversas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio de iluminação pública. Processo administrativo e judicial tributário. O sistema de gestão tributária do município. Sistema de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Cadastramento de contribuintes. Atualização cadastral. Planejamento da ação fiscal. Emissão de autos de infração e a gestão de recursos administrativos. Acompanhamento e controle da receita própria municipal.

Referências Básicas

BULGARELLI, W. Sociedades comerciais. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CARVALHO, Fábio Junqueira; MURGEL, Maria Isabel. Mini Reforma Tributária: reflexões sobre a Lei nº 10.637/2002. São Paulo: Mandamentos, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2000.

FABRETTI, L. C. Prática tributaria da micro e pequena empresa. São Paulo: Atlas, 2003.

HARADA, Kiyoshi. Direito tributário municipal: sistema tributário municipal. São Paulo: Atlas, 2005.

MEIRELLES, Ely Lopes. 1993. Direito Municipal Brasileiro. São Paulo, Malheiros, 2002.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Receitas Não Tributárias: taxas e preços públicos. São Paulo: Malheiros, 2003.

PAULSEN, Leandro. Impostos: Federais, Estaduais e Municipais. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004.

TÔRRES, Heleno Taveira (Coord.). Leis Complementares em Matéria Tributária. São Paulo: Manole, 2003.

1.2.4. Redes Públicas de Cooperação Local

Ementa

Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. Consórcios.

Referências Básicas

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) Networks and organizations: structure, form, and action. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.). Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper, n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001.

MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: California management review. California, vol. XXVIII, n. 3, p. 62-73, spring 1986.

TEIXEIRA, Francisco (Org). Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

1.2.5. Gestão Democrática e Participativa

Ementa

Fundamentos filosóficos, políticos e legais da gestão democrática no município. Processos e mecanismos da gestão democrática e participativa: plebiscito, referendo, leis de iniciativa popular, Conselhos Municipais. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais. Metodologias de intervenção/participação dos Conselhos Municipais, instituições e movimentos sociais no planejamento municipal, com destaque para o orçamento. Discutir o significado da política de controle social, em articulação direta com as instâncias de participação popular: Conselhos Municipais com Conselhos Populares. Compreender o papel dos instrumentos de controle ditos oficiais: Tribunal de Contas e

Ministério Público, detalhando suas funções e definindo estratégias de atuação da gestão transparente das políticas públicas de Estado, para, conseqüentemente, estabelecer uma melhoria da prática e do exercício do controle social.

Referências Básicas

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. In: Rev. Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 39, São Paulo, fev. 1999.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. In: Dados, v. 50, n. 3, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: Opinião Pública, v. 14, n. 1, Campinas jun. 2008.

AVRITZER, Leonardo. Reforma Política e Participação no Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antonio Augusto. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. In: Ciências Hoje, São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e des-consolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. In: São Paulo em Perspectiva, 2001, vol. 15, n. 4. Cartilha do Orçamento – ENAP.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. In: Revista de Sociologia e Política, v. 16, n. 30, Curitiba jun. 2008.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: Revista de Cultura e Política, n. 69, 2006.

LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: Dados, v. 34, n. 3, 1991, p. 311-348.

MELO, Marcus André. Crise Federativa, Guerra Fiscal e 'Hobbesianismo Municipal': efeitos perversos da descentralização? In: São Paulo em Perspectiva, 10 (3), 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Porto Alegre: Afrontamento, 2003.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. In: São Paulo em Perspectiva, vol. 18, n. 2, São Paulo, abril/june, 2004.

SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: São Paulo em Perspectiva, dez 2001, vol. 15, n. 4, p. 84-97.

WAMPLER, Brian. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas? In: Opinião Pública, vol. 14, n. 1, Campinas, jun. 2008.

Referências Complementares

BRASIL. Lei nº 4.320/1964. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1964/4320.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei Complementar nº 101/2000. Disponível em: < HYPERLINK "http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/43/2000/101.htm" <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/43/2000/101.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei nº 10.180/2001. Disponível em: < <http://www.marco.artigo19.org/node/55>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. HYPERLINK "http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.933-2004?OpenDocument" Lei no 10.933, de 11 de Agosto de 2004. Lei do PPA municipal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.933.htm>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 5.970, de 25 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5790.htm>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Disponível em: < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01_02.asp>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei Orçamentária Anual do município. Disponível em: < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01_03.asp>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei Orgânica do Município: dispositivos sobre tributação e orçamento. Disponível em: <www.rebidia.org.br/noticia1.html>. Acesso em: 26 jun. 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREITAS, Mário S. N. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. In: Bahia Análise e Dados. Salvador, vol. 12, n. 4, p. 9-24, março, 2003.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental. Brasília: IPEA, 2001. [Texto para Discussão n. 776].

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. In: São Paulo em Perspectiva, 18(2), 2004, p. 17-26. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2009.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Conselhos Municipais. Orientações para a criação dos Conselhos Municipais. Disponível em: <www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conselhos-municipais>. Acesso em: 26 jun. 2009.

SILVA, M. Z.; TOSI, A.; TATAGIBA, L. OLIVEIRA, B. P. C. Perfil dos Conselheiros da Prefeitura Municipal de Vitória (1984-2003). In: SILVA, Marta Z.; BRITO, Jr., Bajonas T. (Org.). Participação Social na Gestão Pública: olhares sobre as experiências de Vitória-ES. São Paulo: ANNABLUME, 2009, p. 99.

1.2.6. Elaboração e Avaliação de Projetos

Ementa

Compreender como e em quais contextos a elaboração e estruturação de projetos contribuem para gestão pública municipal e desenvolvimento local. Construir os conceitos e indicar algumas ferramentas existentes para elaboração de projetos. Discutir qual a utilidade e em qual contexto o projeto deve ser estruturado. Apontar as etapas de um projeto. Conhecer a lógica interna e discutir as consistências pertinentes ao projeto. O papel do gestor municipal, a gestão, o monitoramento, a avaliação, a conclusão de um projeto e os encaminhamentos a serem realizados em seu término.

Referências Básicas

ARMANI, Domingos. Como Elaborar Projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

BROSE, Markus. Introdução à moderação e ao método ZOPP. Recife: GTZ, 1993.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

DROR, Yehezkel. A Capacidade para governar: informe ao Clube de Roma. Tradução Carolina Andrade. São Paulo: FUNDAP, 1999.

GTZ. Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos: método ZOPP. Recife: GTZ/ SUDENE/IICA, 1993.

HUERTAS, Franco. O método PES: entrevista com Matus. São Paulo: FUNDAP, 1996.

MATUS, Carlos. Adeus, senhor presidente: Governantes e Governados. São Paulo: FUNDAP, 1996.

_____. Estratégias Políticas: Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi. Tradução Giselda Barroso Sauveur. São Paulo, FUNDAP, 1996.

MELNICK, Julio. Manual de projetos de desenvolvimento econômico (Nações Unidas). Rio de Janeiro: Unilivros, 1981.

1.2.7. Gestão Logística

Ementa

Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.

Referências Básicas

ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 2002.

BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOWERSOX, D. J. CLOSS, D. J. Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.

CHRISTOPHER, Martin. O Marketing da Logística. São Paulo: Futura, 1999.

DIAS, Marcos Aurélio P. Administração de Materiais. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2002.

NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: Estratégia, Operação e Avaliação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

VIANA, João José. Administração de Materiais: um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001.

Referências Complementares

ARAÚJO, J. S. de. Almoxarifados: administração e organização. São Paulo: Atlas, 1981.

_____. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. Administração de compras e armazenamento. São Paulo: Atlas, 1998.

BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial. São Paulo. Atlas, 1993.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

_____. Lei de Licitações nº 8.666/93. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

_____. Lei nº 101/2000, de Responsabilidade Fiscal (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. Administração de materiais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas 1998.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2003.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Lino Martins da. Manual de Contabilidade Pública: um Enfoque Administrativo . São Paulo: Atlas, 2004.

ROSA, Márcio Fernando Elias. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2006.

VIANA, João José. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 2002.

1.2.8. Processos Administrativos

Ementa

Abordagens conceituais sobre processos; organizações e suas múltiplas configurações; tipos de organização e suas respectivas orientações para processos; critérios de interdependência (visões: tradicional, contemporânea e inovadora); organizações públicas e suas configurações. Identificação de processos; ferramentas para identificação e mapeamento de processos; padrões para fluxogramação; metodologia para mapeamento de processos; a importância do fator documentação e a necessidade de capacitação e qualificação de pessoas.

Referências Básicas

MINTZBERG, H. Criando Organizações Eficazes: estruturas em cinco configurações. São Paulo; Atlas, 1995.

ROBBINS, S. P. O Processo Administrativo: integrando teoria e prática. São Paulo; Atlas, 1981;

Referências Complementares

HARVARD B. R. Processo decisório: os melhores artigos da Harvard Business Review. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006;

MATIAS-PEREIRA, J. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2008;

MORGAN, G. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996.

NADLER, D. Arquitetura organizacional: a chave para a mudança empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

ROBBINS, S. P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2005;

RUMMLER, G. A. BRACHE, A. P. Melhores desempenhos das organizações: uma abordagem prática para transformar organizações através da reengenharia. São Paulo: Makron Books, 1994.